

COLLECCÃO DAS LEIS
DO
IMPERIO DO BRASIL.
DE
1859.

TOMO XX. PARTE I.



RIO DE JANEIRO.
NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1859.

Página original em branco

INDICE DA COLLECCÃO DAS LEIS.

DE

1859.

TOMO XX. PARTE I.

	PAG.
N.º 1.010. — Decreto do 1.º de Junho de 1859. — Declara que os vencimentos do emprego de Secretario das Faculdades de Direito pertencerão por inteiro a qualquer dos Lentes das mesmas Faculdades que o exercer.....	1
N.º 1.011. — Decreto de 8 de Junho de 1859. — Autorisa o Governo a proporcionar a Companhia de Commercio e Navegação do Mucury os meios de obter hum empréstimo de mil e duzentos contos de réis, e a fazer outras concessões para o fim de serem dispensados os privilegios concedidos á mesma Companhia.....	2
N.º 1.012. — Decreto de 22 de Junho de 1859. — Manda applicar á conservação e melhoramento das Aguas Virtuosas da Campanha, na Provincia de Minas Geraes, o producto da loteria extrahida em virtude do Decreto n.º 489 de 26 de Setembro de 1847.....	3
N.º 1.013. — Decreto de 25 de Junho de 1859. — Approva a aposentadoria concedida a Manoel Antonio Bastos Ractcliff, Carcereiro da Cadea da Villa do Pilar da Provincia da Parahyba.....	»
N.º 1.014. — Decreto de 25 de Junho de 1859. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito da Comarca de Santos, Joaquim Fernando da Fenseca, com o ordenado correspondente ao tempo de exercicio nos lugares que tem servido.	4
N.º 1.015. — Decreto de 6 de Julho de 1859. — Concede duas loterias para a conclusão do Hospital da Misericordia da Cidade de Jacarehy, na Provincia de S. Paulo.....	»
N.º 1.016. — Decreto de 6 de Julho de 1859. — Approva a pensão annual de 1:000\$000 concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 á Baroneza	»

	de Tramandahy, viuva do Tenente General Barão do mesmo título.....	5
N.º 1.017.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Approva a pensão annual de 800\$000 concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 a D. Maria Bem-vinda Pinto Ramos, viuva do Coronel Cirurgião Mór do Exercito, Chefe do Corpo de Saude, Antonio José Ramos.....	»
N.º 1.018.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Approva a pensão annual de 600\$000 concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 a D. Balbina Emilia da Paixão, viuva do Capitão de Fragata Antonio José Francisco da Paixão.....	»
N.º 1.019.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação aos subditos Portuguezes Manoel José Rodrigues Pereira, José Maria de Souza Queiroz, Antonio Cordeiro da Silva, José Cactano de Carvalho Junior, Manoel José Dias Salgado Carneiro e Francisco José da Costa.....	»
N.º 1.020.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Portuguez Antonio José de Mesquita, e a Pedro Orlandini, natural da Italia.....	6
N.º 1.021.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Manda contar para a reforma e condecoração do Habito de Aviz aos Officiaes do Exercito e Armada o tempo que tiverem servido como pracas do Corpo de Municipaes Permanentes da Córte, ou em quaesquer outros Policiaes, militarmente organisados.....	7
N.º 1.022.	— Decreto de 6 de Julho de 1859. — Manda contar na reforma do Capitão Antonio Dornellas Camara, o tempo decorrido desde a data do Decreto que o reformou até a sua publicação em Ordem do dia.....	»
N.º 1.023.	— Decreto de 16 de Julho de 1859. — Declara a intelligencia do art. 8.º do Plano de 23 de Setembro de 1795, relativo ao Monte Pio dos Officiaes da Armada.....	8
N.º 1.024.	— Decreto de 20 de Julho de 1859. — Autorisando o Governo a jubilar o Dr. Joaquim Francisco de Faria, Professor vitalicio de Theologia Dogmatica do Seminario Episcopal de Olinda, com o ordenado de hum conto de réis.....	9
N.º 1.025.	— Decreto de 27 de Julho de 1859. — Concede quatro loterias em beneficio das obras das Matrizes de Nossa Senhora da Gloria, e de Santa	

- Thereza do Município de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro..... »
- N.º 1.026. — Decreto de 29 de Julho de 1859. — Approva as pensões annuaes concedidas por Decretos de 17 de Maio do corrente anno, de 564\$000 a D. Maria Augusta Lima Pestana; de 360\$000 a D. Delfina Luiza da Costa Arêas, e de 252\$000 a D. Maria Francisca de Oliveira Gonçalves.. 10
- N.º 1.027. — Decreto de 18 de Agosto de 1859. — Autorisa o Governo a conceder certas isenções ás estradas de ferro entre as Cidades do Recife, e Olinda em Pernambuco; entre o Porto das Caixas e o Município de Cantagallo da Provincia do Rio de Janeiro entre esta Córte e a Boa-Vista na Tijuca, e a mesma Córte e o Jardim Botânico..... »
- N.º 1.028. — Decreto de 22 de Agosto de 1859. — Concede duas loterias em benefício das obras da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba do Norte..... 11
- N.º 1.029. — Decreto de 22 de Agosto de 1859. — Concede quatro loterias em benefício das Igrejas Matrizes das Cidades da Victoria, S. Mathheus, e da Villa de Guarapary, na Provincia do Espirito Santo. 12
- N.º 1.030. — Decreto de 22 de Agosto de 1859. — Concede quatro loterias, cujo producto será applicado ás obras e outros objectos de que necessitarem as Igrejas Matrizes das Parochias de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januaria, Barra do Rio das Velhas, Grão Mogol, e Curvello, da Provincia de Minas Geraes... »
- N.º 1.031. — Decreto de 22 de Agosto de 1859. — Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Joaquim Frederico da Costa Rubim, e outros..... 13
- N.º 1.032. — Decreto de 22 de Agosto de 1859. — Approva a pensão annual de 800\$000 concedida a D. Julia Adela de Carvalho, viuva de José Sebastião Affonso de Carvalho..... 14
- N.º 1.033. — Decreto de 25 de Agosto de 1859. — Approva a pensão annual de 720\$000, concedida por Decreto do 1.º de Março de 1859, a D. Maria Joaquina Mancebo Moret, viuva do Capitão de Engenheiros Horacio da Gama Moret..... »
- N.º 1.034. — Decreto de 30 de Agosto de 1859. — Concede duas loterias, cujo producto se applicará igualmente em benefício das obras das Igrejas Matrizes da Villa de Oliveira, e da Freguezia do Passa-Tempo, Provincia de Minas Geraes..... »

N.º 1.035.	— Decreto de 30 de Agosto de 1859. — Autorisa o Governo para mandar admittir a exame e á matricula de diversos annos das Faculdades de Medicina e de Direito do Imperio, os estudantes José de Góes Siqueira, e outros.....	15
N.º 1.036.	— Decreto de 6 de Setembro de 1859. — Approva a pensão annual de 500\$000 concedida por Decreto de 8 de Fevereiro do corrente anno a D. Polucena Francisca de Jesus Maia.....	»
N.º 1.037.	— Decreto de 6 de Setembro de 1859. — Approva a pensão annual de 1:200\$000 concedida por Decreto de 8 de Fevereiro deste anno á Viscondessa de Sepetiba.....	16
N.º 1.038.	— Decreto de 10 de Setembro de 1859. — Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito da Comarca do Rio Grande da Província de S. Pedro, Joaquim José da Cruz Secco, com o ordenado correspondente ao tempo de serviço.....	»
N.º 1.039.	— Decreto de 11 de Setembro de 1859. — Approva a pensão annual de 480\$000 concedida, sem prejuizo do meio soldo, a D. Joanna Carlota Rebello Leitão Bandeira.....	»
N.º 1.040.	— Lei de 14 de Setembro de 1859. — Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1859—1860.....	17
N.º 1.041.	— Lei de 14 de Setembro de 1859. — Manda vigorar no exercicio de 1860—1861 a Lei do Orçamento de 1859—1860, e autorisa o Governo para alterar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.....	29
N.º 1.042.	— Lei de 14 de Setembro de 1859. — Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de 1860 á 1861.....	31
N.º 1.043.	— Lei de 15 de Setembro de 1859. — Fixa a Força Naval, para o anno financeiro de 1860 a 1861.....	33
N.º 1.044.	— Decreto de 20 de Setembro de 1859. — Approva o Decreto n.º 2.242 do primeiro de Setembro de 1853, e respectivas condições pelas quaes foi contractada com o Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, ou com a Companhia que elle organisar, a navegação á vapor no Rio Jequitinhonha; e autorisa ao Governo a conceder á Companhia Pernambucana de navegação costeira a vapor hum empréstimo de trescentos contos de réis.	35
N.º 1.045.	— Decreto de 20 de Setembro de 1859. — Auto-	

risa o Governo a garantir á Companhia União e Industria, ou a contrahir elle mesmo, dentro ou fóra do Imperio, hum empréstimo, que não exceda a seis mil contos de réis, dos quaes serão applicados até tres mil a conclusão da estrada de rodagem de Petropolis á Cidade da Parahybuna; e o restante ao pagamento do que ella deve por letras caucionadas com títulos garantidos pelo Governo, e por letras endossadas pela Thesouraria da Província do Rio de Janeiro.....



COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1839.

BIBLIOTHECA

DECRETO N.º 1.010 — do 1.º de Junho de 1839.

Declara que os vencimentos do emprego de Secretario das Faculdades de Direito pertencerão por inteiro a qualquer dos Lentes das mesmas Faculdades que o exercer.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os vencimentos do emprego de Secretario das Faculdades de Direito pertencerão por inteiro a qualquer dos Lentes das mesmas Faculdades que o exercer.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.011 — de 8 de Junho de 1859.

Autorisa o Governo a proporcionar a Companhia de Commercio e Navegação do Mucury os meios de obter hum empréstimo de mil e duzentos contos de réis, e a fazer outras concessões para o fim de serem dispensados os privilegios concedidos á mesma Companhia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a proporcionar á Companhia de Commercio e Navegação do Mucury os meios de obter por empréstimo contrahido dentro ou fóra do Imperio hum capital addicional, nunca menor de mil e duzentos contos de réis, e a garantir os respectivos juros e amortisação; com tanto que estes não excedão a sete por cento annualmente, e guardadas as disposições dos paragraphes primeiro e terceiro do artigo primeiro do Decreto numero novecentos e doze de vinte seis de Agosto de mil oitocentos cincoenta e sete.

Art. 2.º O Governo fica tambem autorisado a fazer quaesquer outras concessões, que forem indispensaveis, para o fim de serem dispensados os privilegios concedidos por disposições geraes ou provinciaes, e especialmente a isenção por oitenta annos de quaesquer impostos sobre as mercadorias, que forem exportadas ou importadas pelas estradas, ou em barcos da Companhia sujeitando porém as concessões que fizer em virtude deste artigo á approvação da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo:

DECRETO N.º 1.012 — de 22 de Junho de 1859.

Manda applicar á conservação e melhoramento das Aguas Virtuosas da Campanha, na Provincia de Minas Geraes, o producto da loteria extrahida em virtude do Decreto n.º 489 de 26 de Setembro de 1847.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Fica autorisado o Governo para applicar á conservação e melhoramento da fonte e poços das aguas gazozas denominadas—Aguas Virtuosas da Campanha—na Provincia de Minas Geraes, o producto da loteria extrahida em virtude da Resolução de vinte seis de Setembro de mil oitocentos quarenta e sete, que nesta parte fica revogada, bem como quaesquer outras disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.013 — de 23 de Junho de 1859.

Approva a aposentadoria concedida a Manoel Antonio Bastos Racteliff, Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar da Provincia da Parahyba.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de trinta e hum de Agosto de mil oitocentos cincoenta e oito a Manoel Antonio Bastos Racteliff, Carcereiro da Cadêa da Villa do Pilar, da Provincia da Parahyba.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N.º 1.014 — de 25 de Junho de 1859.

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito da Comarca de Santos, Joaquim Fernando da Fonseca, com o ordenado correspondente ao tempo de exercicio nos lugares que tem servido.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de vinte de Junho de mil oitocentos cincoenta e seis ao Juiz de Direito da Comarca de Santos, da Provincia de São Paulo, Joaquim Fernando da Fonseca, com o ordenado correspondente ao tempo de exercicio nos lugares que tem servido.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N.º 1.015 — de 6 de Julho de 1859.

Concede duas loterias para a conclusão do Hospital da Misericordia da Cidade de Jacarehy, na Provincia de São Paulo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Ficão concedidas duas loterias do mesmo valor, e segundo o plano das da Côrte, onde serão extrahidas, para a conclusão do Hospital da Misericordia da Cidade de Jacarehy, Provincia de São Paulo, revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo

DECRETO N.º 1.016 — de 6 de Julho de 1859.

Approva a pensão annual de 1.000\$000 réis concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 á Baroneza de Tramandahy, viuva do Tenente General Barão do mesmo titulo.

DECRETO N.º 1.017 — de 6 de Julho de 1859.

Approva a pensão annual de 800\$000 réis concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 a D. Maria Bemvinda Pinto Ramos, viuva do Coronel Cirurgião Mór do Exercito, Chefe do Corpo de Saude, Antonio José Ramos.

DECRETO N.º 1.018 — de 6 de Julho de 1859.

Approva a pensão annual de 600\$000 réis concedida por Decreto de 20 de Agosto de 1858 á D. Balbina Emilia da Paixão, viuva do Capitão de Fragata Antonio José Francisco da Paixão.

DECRETO N.º 1.019 — de 6 de Julho de 1859.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação aos subditos Portuguezes Manoel José Rodrigues Pereira, José Maria de Souza Queiroz, Antonio Cordeiro da Silva, José Caetano de Carvalho Junior, Manoel José Dias Salgado Carneiro, e Francisco José da Costa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Manoel José Rodrigues Pereira, José Maria de Souza Queiroz,

Antonio Cordeiro da Silva, José Caetano de Carvalho Junior, Manoel José Dias Salgado Carneiro, e Francisco José da Costa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.020 — de 6 de Julho de 1859.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Portuguez Antonio José de Mesquita, e a Pedro Orlandini, natural da Italia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez Antonio José de Mesquita, e a Pedro Orlandini, natural da Italia, residente nesta Côrte; revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

Antonio Cordeiro da Silva, José Caetano de Carvalho Junior, Manoel José Dias Salgado Carneiro, e Francisco José da Costa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.020 — de 6 de Julho de 1859.

Autorisa o Governo a conceder Carta de Naturalisação ao subdito Portuguez Antonio José de Mesquita, e a Pedro Orlandini, natural da Italia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado a conceder Carta de Naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Portuguez Antonio José de Mesquita, e a Pedro Orlandini, natural da Italia, residente nesta Côrte; revogadas as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.021 — de 6 de Julho de 1859.

Manda contar para a reforma e condecoração do Habito de Aviz aos Officiaes do Exercito e Armada o tempo que tiverem servido como praças do Corpo de Municipaes Permanentes da Côte, ou em quaesquer outros Policiaes, militarmente organisados.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Aos Officiaes do Exercito e Armada se contará para a reforma e condecoração do Habito de S. Bento de Aviz o tempo que antes de fazerem parte do mesmo Exercito e Armada bem servirão como praças do Corpo de Municipaes Permanentes da Côte, ou em outro qualquer Corpo Policial, militarmente organizado, quer na Côte quer nas Províncias.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manoel Felisardo de Souza e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felisardo de Souza e Mello.

DECRETO N.º 1.022 — de 6 de Julho de 1859.

Manda contar na reforma do Capitão Antonio Dornellas Camara, o tempo decorrido desde a data do Decreto que o reformou até a sua publicação em Ordem do dia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Será contado na reforma do Capitão Antonio Dornellas Camara o tempo que servio além da data do Decreto que o reformou até aquella em que foi este publicado em Ordem do dia da guarnição da Provincia do Pará.

Art. 2.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Souza e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

DECRETO N.º 1.023 — de 16 de Julho de 1859.

Declara a intelligencia do artigo 8.º do Plano de 23 Setembro de 1795, relativo ao Monte Pio dos Officiaes da Armada.

Hei por bem Sancionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica declarado que as irmãs solteiras honestas dos Officiaes da Armada, que, sendo contribuintes do Monte Pio, hajão fallecido sem deixar viuva, filhas donzellas, ou viuvias, e mãe no estado de viuvez, tem direito, ainda que vivão seus pais, ao soccorro, de que trata o artigo 8.º do Plano de 23 de Setembro de 1795.

Art. 2.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Abaeté, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade O Imperador.

Visconde de Abaeté.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Manoel Felizardo de Souza e Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Felizardo de Souza e Mello.

DECRETO N.º 1.023 — de 16 de Julho de 1859.

Declara a intelligencia do artigo 8.º do Plano de 23 Setembro de 1795, relativo ao Monte Pio dos Officiaes da Armada.

Hei por bem Sancconar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica declarado que as irmãs solteiras honestas dos Officiaes da Armada, que, sendo contribuintes do Monte Pio, hajão fallecido sem deixar viuva, filhas donzellas, ou viuvvas, e mãe no estado de viuvez, tem direito, ainda que vivão seus pais, ao soccorro, de que trata o artigo 8.º do Plano de 23 de Setembro de 1795.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Abaeté, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezeseis de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade O Imperador.

Visconde de Abaeté.

DECRETO N.º 1.024 — de 20 de Julho de 1839.

Autorisando o Governo a jubilar o Dr. Joaquim Francisco de Faria, Professor vitalicio de Theologia Dogmatica do Seminario Episcopal de Olinda, com o ordenado de hum conto de réis.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a jubilar o Dr. Joaquim Francisco de Faria, Professor vitalicio de Theologia Dogmatica do Seminario Episcopal de Olinda, com o ordenado de hum conto de réis, marcado pelo Decreto numero mil duzentos e setenta e cinco de vinte hum de Novembro de mil oitocentos cincoenta e tres.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

DECRETO N.º 1.025 — de 27 de Julho de 1859.

Concedê quatro loterias em beneficio das obras das Matrizes de Nossa Senhora da Gloria, e de Santa Thereza do Municipio de Valença, na Provincia do Rio de Janeiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. Ficão concedidas quatro loterias em beneficio das obras das Matrizes de Nossa Senhora da Gloria e de Santa Thereza do Municipio de Valença na Provincia do Rio de Janeiro, as quaes correrão nesta Côrte sob o plano adoptado para iguaes concessões, sendo o seu producto repartido em iguaes partes pelas ditas Matrizes, revogadas para este fim as disposições em contrario.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte sete de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.026 — de 29 de Julho de 1859.

Approva as pensões annuaes concedidas por Decretos de 17 de Maio do corrente anno, de 564\$000 réis a D. Maria Augusta Lima Pestana; de 360\$000 réis a D. Delfina Luiza da Costa Arêas; e de 252\$000 réis a D. Maria Francisca de Oliveira Gonçalves.

DECRETO N.º 1.027 de 18 de Agosto de 1859.

Autorisa o Governo a conceder certas isenções ás estradas de ferro entre as Cidades do Recife, e Olinda em Pernambuco; entre o Porto das Caixas e o Municipio de Cantagallo na Provincia do Rio de Janeiro entre esta Côrte e a Boa-Vista na Tijuca, e a mesma Côrte e o Jardim Botânico.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica concedido em beneficio do Estabelecimento da estrada de ferro Provincial, entre a Cidade do Recife e Olinda, da qual he concessionario David William Bonwinan.

§ 1.º Isenção dos direitos de importação durante o prazo marcado para a construcção da estrada, e por mais dez annos para os trilhos, locomotivas, carros, instrumentos,apparelhos, ferramentas, ferro em barra, ou de qualquer obra que se destine á empreza, carvão de pedra ou coke, e quaesquer outras materias que forem, bona fide, indispensaveis para a construcção e trabalhos da referida estrada.

§ 2.º Isenção do fôro dos terrenos de Marinha, que a estrada tiver de occupar.

Sergio Teixeira de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte sete de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Sergio Teixeira de Macedo.

DECRETO N.º 1.026 — de 29 de Julho de 1859.

Approva as pensões annuaes concedidas por Decretos de 17 de Maio do corrente anno, de 564\$000 réis a D. Maria Augusta Lima Pestana; de 360\$000 réis a D. Delfina Luiza da Costa Arêas; e de 232\$000 réis a D. Maria Francisca de Oliveira Gonçalves.

DECRETO N.º 1.027 de 18 de Agosto de 1859.

Autorisa o Governo a conceder certas isenções ás estradas de ferro entre as Cidades do Recife, e Olinda em Pernambuco; entre o Porto das Caixas e o Municipio de Cantagallo na Provincia do Rio de Janeiro entre esta Côrte e a Boa-Vista na Tijuca, e a mesma Côrte e o Jardim Botânico.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica concedido em beneficio do Estabelecimento da estrada de ferro Provincial, entre a Cidade do Recife e Olinda, da qual he concessionario David William Bonwinan.

§ 1.º Isenção dos direitos de importação durante o prazo marcado para a construcção da estrada, e por mais dez annos para os trilhos, locomotivas, carros, instrumentos,apparelhos, ferramentas, ferro em barra, ou de qualquer obra que se destine á empreza, carvão de pedra ou coke, e quaesquer outras materias que forem, bona fide, indispensavéis para a construcção e trabalhos da referida estrada.

§ 2.º Isenção do fôro dos terrenos de Marinha, que a estrada tiver de occupar.

§ 3.º Isenção do recrutamento e do serviço activo da Guarda Nacional, aos empregados no serviço da estrada, nas mesmas condições, e com as limitações marcadas no contracto da estrada de ferro do Recife a S. Francisco.

Art. 2.º Iguaes favores são concedidos ás estradas de ferro entre o Porto das Caixas e o municipio de Cantagallo na Provincia do Rio de Janeiro; entre esta Côrte e a Boa-Vista da Tijuca; assim como entre a mesma Côrte e o Jardim Botânico.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar.—Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Agosto de 1859, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.028—de 22 de Agosto de 1859.

Concede duas loterias em beneficio das obras da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba do Norte.

Hei por bem Saccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa:

Art. Unico. Ficão concedidas duas loterias em beneficio das obras da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba do Norte, as quaes serão extrahidas nesta Côrte, segundo o plano das concedidas aos estabelecimentos pios: revogadas para este fim as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

§ 3.º Isenção do recrutamento e do serviço activo da Guarda Nacional, aos empregados no serviço da estrada, nas mesmas condições, e com as limitações marcadas no contracto da estrada de ferro do Recife a S. Francisco.

Art. 2.º Iguaes favores são concedidos ás estradas de ferro entre o Porto das Caixas e o municipio de Cantagallo na Provincia do Rio de Janeiro; entre esta Côrte e a Boa-Vista da Tijuca; assim como entre a mesma Côrte e o Jardim Botânico.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar.—Palacio do Rio de Janeiro, em desoito de Agosto de 1859, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.028 — de 22 de Agosto de 1839.

Concede duas loterias em beneficio das obras da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba do Norte.

Hei por bem Saccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa:

Art. Unico. Ficão concedidas duas loterias em beneficio das obras da Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Provincia da Parahyba do Norte, as quaes serão extrahidas nesta Côrte, segundo o plano das concedidas aos estabelecimentos pios: revogadas para este fim as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.029 — de 22 de Agosto de 1859.

Concede quatro loterias em beneficio das Igrejas Matrizes das Cidades da Victoria, S. Matheus, e da Villa de Guarapary, na Provincia do Espirito Santo.

Hei por bem Saccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. Ficão concedidas quatro loterias em beneficio das Igrejas Matrizes das Cidades da Victoria, S. Matheus, e da Villa de Guarapary, na Provincia do Espirito Santo, as quaes correrão nesta Côrte, sob o plano adoptado para iguaes concessões, sendo o seu producto repartido proporcionalmente pelas ditas Matrizes, revogadas para este fim as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cinquenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.030 — de 22 de Agosto de 1859.

Concede quatro loterias, cujo producto será applicado as obras e outros objectos de que necessitarem as Igrejas Matrizes das Parochias de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januaria, Barra do Rio das Velhas, Grão Mogol, e Curvello, da Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Saccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. O Governo Mandará extrahir na Côrte, de conformidade com o plano adoptado, quatro loterias, cujo producto será applicado ás obras e outros objectos de que necessitarem as Igrejas Matrizes das Parochias de Montes Claros, Contendas, S. Romão, Januaria, Barra do Rio das Velhas, Grão Mogol, e Curvellos, da Provincia de Minas Geraes, segundo as circumstancias de cada huma dellas, ficando revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.031 — de 22 de Agosto de 1859.

Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Joaquim Frederico da Costa Rubim, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar passar Cartas de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Joaquim Frederico da Costa Rubim, José Rodrigues Ferreira, Manoel José Antonio do Amaral, Joaquim Pinto de Madureira, Caetano Marques Corrêa, Manoel Francisco Ferro, Manoel Francisco Alves, Querino José Pinheiro, Feliciano Avila Caldeira, Padre Francisco Cardoso de Mello, Joaquim Ferreira Patacas, José Luiz da Cunha Porto, Domingos José Francisco, Antonio da Costa Faria, Felisberto Alexandrino Drumond, e Joaquim José de Azevedo Côrte Real, subditos portuguezes; a Anselmo Perez, subdito hespanhol; e ao Barão von Pfulil, subdito prussiano.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.031 — de 22 de Agosto de 1859.

Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Joaquim Frederico da Costa Rubim, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar passar Cartas de Naturalisação de Cidadão Brasileiro a Joaquim Frederico da Costa Rubim, José Rodrigues Ferreira, Manoel José Antonio do Amaral, Joaquim Pinto de Madureira, Caetano Marques Corrêa, Manoel Francisco Ferro, Manoel Francisco Alves, Querino José Pinheiro, Feliciano Avila Caldeira, Padre Francisco Cardoso de Mello, Joaquim Ferreira Palacas, José Luiz da Cunha Porto, Domingos José Francisco, Antonio da Costa Faria, Felisberto Alexandrino Drumond, e Joaquim José de Azevedo Côrte Real, subditos portuguezes; a Anselmo Perez, subdito hespanhol; e ao Barão von Pfulil, subdito prussiano.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.035 — de 30 de Agosto 1859.

Autorisa o Governo para mandar admittir a exame e á matricula de diversos annos das Faculdades de Medicina e de Direito do Imperio, os estudantes José de Goes Siqueira, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar admittir a exame das materias do primeiro anno medico, na Faculdade da Bahia ao estudante José de Goes Siqueira; e na do Rio de Janeiro á Joaquim Pedro da Silva, que as estão frequentando como ouvintes, cumpridas as disposições dos respectivos Estatutos, e sendo previamente approvados em lingua ingleza.

Art. 2.º He da mesma sorte autorizado o Governo a mandar admittir a exame das materias do primeiro anno juridico da Faculdade do Recife os estudantes Miguel Calmon du Pin e Almeida, Paulo Autran, Manoel do Rego Barros de Souza Leão, e Horacio Walfoid Peregrino da Silva, e na de S. Paulo a Antonio Gonçalves Chaves Junior, que as estão frequentando como ouvintes, cumpridas as disposições dos respectivos Estatutos, e satisfazendo o ultimo previamente o exame de Rethorica.

Art. 3.º He o Governo igualmente autorizado para mandar admittir na Faculdade de Direito do Recife á matricula do 3.º anno o estudante, que o frequenta como ouvinte, Leoncio de Sá Cavalcanti de Albuquerque.

Art. 4.º Ficão revogadas para este fim as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

DECRETO N.º 1.036 — de 6 de Setembro de 1859.

Approva a pensão annual de 500\$000 réis concedida por Decreto de 8 de Fevereiro do corrente anno a D. Polucena Francisca de Jesus Maia.

LEI N.º 1.040 — de 14 de Setembro de 1859.

Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercício de 1859—1860.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CAPITULO I.

Despeza Geral.

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperiô para o exercício de 1859—1860 he fixada na quantia de..... 48.302:935\$571

A qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios, na fórma especificada nos artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario dê Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. 9.776:484\$700

A saber:

1.º	Dotação de Sua Magestade o Imperador..	800:000\$000
2.º	Dita de Sua Magestade a Imperatriz....	96:000\$000
3.º	Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel	12:000\$000
4.º	Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina.....	6:000\$000
5.º	Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas	102:000\$000
6.º	Dita de Sua Magestade a Imperatriz do Brasil, Viuva, Duqueza de Bragança.	50:000\$000
7.º	Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz.	6:000\$000
8.º	Ditos do Principe o Senhor D. Felipe.	6:000\$000
9.º	Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....	9:600\$000
10.	Secretaria de Estado, sendo 12:000\$ para reimpressão das Leis, Decretos, e Decisões do Governo, desde 1808 até 1837, segundo o methodo prescripto	

	pelo Regulamento n.º 1 do 1.º de Janeiro de 1838	210:000\$000
11.	Gabinete Imperial	1:900\$000
12.	Conselho de Estado	48:000\$000
13.	Presidencias de Provincias	230:080\$000
14.	Camara dos Senadores e Secretaria, sendo 4:410\$ para o augmento dos vencimentos dos Officiaes de Secretaria e mais Empregados, e elevando-se a 22:500\$ a verba da despeza com a publicação dos trabalhos do Senado; á 2:800\$ com o expediente de Secretaria e casa, e á 4:000\$ com extraordinarias e eventuaes	266:390\$000
15.	Dita dos Deputados e Secretaria	346:460\$000
16.	Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados	52:600\$000
17.	Faculdades de Direito, sendo 3:600\$ para gratificações aos Lentes que servirem por mais de 25 annos, e 4:000\$ para aquisição de livros para as bibliothecas das mesmas Faculdades	161:066\$000
18.	Ditas de Medicina, sendo 4:800\$ para gratificações aos Lentes que servirem por mais de 25 annos, 4:800\$ para gratificações a mais quatro oppositores: 4:000\$ para compra de livros para as bibliothecas; 6:000\$ para organização de laboratorios e gabinetes, e 7:200\$ para aluguel da casa da Faculdade do Rio de Janeiro	222:350\$000
19.	Academia de Bellas Artes	39:604\$000
20.	Museo	9:000\$000
21.	Hygiene Publica	18:000\$000
22.	Empregados de visitas de saude dos portos	20:511\$000
23.	Lazareto	120:000\$000
24.	Instituto vaccinico	14:780\$000
25.	Canaes, pontes, estradas, e outras obras publicas geraes, e auxilio ás provincias	1.240:000\$000
26.	Correio Geral e Paquetes a vapor, sendo 200:000\$ para a subvenção concedida á empresa de navegação a vapor entre Montevidéo e Matto-Grosso; 120:000\$ para subvenção tambem concedida á outra empresa de navegação costeira na Provincia do Maranhão, e ficando	

	o Governo autorizado para despendere até 10:000\$ com o melhoramento do serviço da Côrte para a Capital da Provincia de Goyaz, e d'esta para o norte da mesma Provincia, augmentando-se o numero das viagens mensaes dos ditos correios, de S. João d'El-Rei em diante.	2.881:000\$000
27.	Repartição geral das terras publicas, medição destas, e colonisação, sendo 100:000\$ com o pessoal e material da Repartição; 250:000\$ com a medição das terras; 300:000\$ com a introdução e estabelecimento de colonos..	650:000\$000
28.	Catechese e civilisação de Indios.....	80:000\$000
29.	Colonias Militares.....	200:000\$000
30.	Estabelecimento de educandas no Pará.	2:000\$000
31.	Archivo Publico, incluidas as gratificações de que trata o Decreto n.º 984 de 28 de Agosto de 1858.....	9.820\$000
32.	Para auxiliar a publicação das obras do Dr. Antonio Corrêa de Lacerda.....	2:000\$000
33.	Para auxiliar a publicação das obras do Dr. Martins.....	3:000\$000
34.	Commissão scientifica para explorar o interior de algumas provincias do Imperio	140:000\$000
35.	Descobrimento, e exploração de minas de carvão de pedra.....	8:000\$000
36.	Melhoramento da cultura da canna de asucar, do trigo, e de outros cereaes, nos termos do art. 29 § 14 da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1857....	4:000\$000
37.	Eventuaes incluida a quantia necessaria para pagamento das despezas feitas com as exequias de S. M. El-Rei das Duas Sicilias D. Fernando II.....	60:000\$000

No Municipio da Côrte.

38.	Instrucção primaria e secundaria.....	266:826\$200
39.	Instituto Commercial.....	14:560\$000
40.	Dito dos Meninos Cegos.....	31:600\$000
41.	Dito dos Surdos-mudos.....	10:000\$000
42.	Bibliotheca Publica.....	13:576\$500
43.	Jardim Botanico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, sendo elevada á 21:827\$	

	a verba com a despeza de sustento e vestuario dos escravos da Nação, e Africanos livres, e de jornaes de trabalhadores.....	26:684\$000
44.	Jardim Botanico do Passeio Publico...	8:877\$000
45.	Instituto Historico e Geographico.....	5:000\$000
46.	Imperial Academia de Medicina.....	2:000\$000
47.	Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....	4:000\$000
48.	Prestação a João Cactano dos Santos, como empresario do Theatro de S. Pedro d'Alcantara, nos termos das Leis n.º 696 de 20 de Agosto de 1853, e n.º 979 de 15 de Setembro de 1858.	41:000\$000
49.	Hospital dos Lazares	2:000\$000
50.	Com a limpeza da Cidade	133:200\$000
51.	Obras Publicas, sendo 310:000\$000 para o canal do mangue da Cidade Nova, 229:000\$000 para o caes da Gloria; 300:000\$000 para o encanamento das aguas do Rio de Maracanã, 100:000\$ para o calçamento das ruas da Cidade pelo systema de parallepipedos; e 150:000\$000 para outras obras	1.089:000\$000
52.	Exercicios findos.....	\$

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 4.786:275\$435

A saber:

1.º	Secretaria de Estado	220:560\$000
2.º	Supremo Tribunal de Justiça.....	104:800\$000
3.º	Relações, incluída a quantia de 3:000\$ para pagamento do ordenado do Desembargador aposentado Severo Amorim do Valle, na fórma da Lei n.º 639 de 26 de Setembro de 1857.....	285:893\$335
4.º	Justiças de 1.ª Instancia	929:220\$000
5.º	Polícia e segurança publica.....	124:000\$000
6.º	Pessoal da Polícia.....	454:904\$000
7.º	Guarda Nacional.....	167:621\$500
8.º	Telegraphos	74:454\$100
9.º	Bispos, Cathedraes, &c., e Parochos incluídos 3:600\$000 como congrua ao Bispo Resignatario do Pará, 10:000\$	

	para reedificação do Palacio Episcopal do Maranhão; e 30:000\$ para a edificação, ou aquisição e preparo de hum Palacio Episcopal na Cidade da Diamantina; e 4:000\$ para reparos da Sé da Bahia.....	848:675\$500
10.	Seminarios Episcopaes, sendo 40:000\$ para a edificação do Seminario Episcopal da Diamantina; 6:000\$ para o auxilio do Seminario Episcopal do Amasonas; 7:500\$ para pagamento do augmento de vencimentos que tiverão os Lentes de Liturgia e Canto gregoriano; e 10:000\$ para pagamento dos vencimentos dos Lentes do Seminario Episcopal de S. Paulo.....	162:200\$000
11.	Capella Imperial.....	64:710\$000
12.	Tribunaes do Commercio.....	40:400\$000
13.	Repressão do trafico de Africanos.....	50:000\$000
14.	Sustento de presos.....	10:000\$000
15.	Eventuaes.....	10:000\$000

No Municipio da Còrte.

16.	Culto Publico.....	4:995\$000
17.	Corpo Policial da Còrte.....	553:842\$000
18.	Casa de Correção e reparos de cadeas, incluída a quantia de 3:000\$000, em que fica fixado o ordenado do Director daquelle Estabelecimento.....	120:000\$000
19.	Condução e sustento de presos.....	40:000\$000
20.	Iluminação publica.....	520:000\$000
21.	Exercicios findos.....	\$

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de... 874:023\$641

A saber:

1.º	Secretaria de Estado, moeda do paiz....	154:993\$088
2.º	Legações e Consulados, ao cambio de 27 dinheiros sterlinos por mil réis, supprimidos os ordenados dos Consules Geraes em Inglaterra e Portugal,	

	e applicada a sua importancia de 3:000\$ para ordenado do Consul em Nauta.....	536:430\$554
3.º	Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	7:599\$999
4.º	Despezas extraordinarias no exterior, ao cambio de 27.....	135:000\$000
5.º	Ditas no interior, moeda do paiz.....	40:000\$000
6.º	Exercicios findos.....	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 7.010:636\$997

A saber :

1.º	Secretaria de Estado.....	92:450\$000
2.º	Conselho Naval	41:200\$000
3.º	Quartel General da Marinha.....	8:397\$550
4.º	Conselho Supremo Militar.....	12:120\$000
5.º	Auditoria e Excecutoria.....	3:370\$000
6.º	Corpo d'Armada e Classes annexas...	524:551\$200
7.º	Batalhão Naval.....	28:857\$950
8.º	Corpo de Imperiaes Marinheiros.....	128:192\$400
9.º	Companhia de Invalidos.....	5:506\$800
10.	Contadoria da Marinha.....	56:000\$000
11.	Intendencias e accessorios.....	124:090\$600
12.	Arsenaes.....	1.323:556\$839
13.	Capitanias de portos.....	106:428\$000
14.	Força Naval e Navios de transporte...	1.123:274\$036
15.	Navios desarmados.....	25:384\$000
16.	Hospitaes.....	51:568\$400
17.	Pharóes.....	26:443\$960
18.	Escola de Marinha.....	76:328\$076
19.	Escolas.....	1:424\$000
20.	Biblioteca de Marinha.....	1:333\$700
21.	Reformados.....	62:099\$886
22.	Material.....	2.299:089\$600
23.	Obras, sendo 300:000\$ para o Dique da Ilha das Cobras; 150:000\$ para melhoramento do porto de Permambuco; 40:000\$000 para exploração e estudos para melhorar o porto do Maranhão, o da barra do Rio Grande do Sul, e o da Capital da Provincia de Sergipe, e para o serviço da praticagem da barra da dita Provincia	

	do Rio Grande; e 186:000\$ para outras obras.....	676:000\$000
24.	Despesas extraordinarias e eventuaes.	212:970\$000
25.	Exercicios findos.....	\$

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra he autorisado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de... 11.755:941\$798

A saber :

1.º	Secretaria de Estado, e Repartições annexas.....	126:989\$000
2.º	Contadoria Geral.....	36:440\$000
3.º	Conselho Supremo Militar.....	27:980\$000
4.º	Pagadoria das Tropas.....	11:940\$000
5.º	Instrução Militar.....	268:812\$700
6.º	Arsenaes de Guerra.....	1.934:017\$820
7.º	Corpo de Saude e Hospitaes.....	536:364\$000
8.º	Repartição do Ajudante General.....	191:915\$800
9.º	Exercito.....	6.003:317\$040
10.	Officiaes honorarios de 2.ª linha e reformados.....	540:503\$102
11.	Repartição Ecclesiastica.....	61:656\$000
12.	Gratificações diversas.....	156:107\$200
13.	Invalidos.....	80:001\$130
14.	Pedestres.....	300:762\$500
15.	Recrutamento e engajamento.....	300:000\$000
16.	Fabricas.....	167:022\$506
17.	Presidio de Fernando de Noronha....	66:305\$000
18.	Obras Militares, ficando o Governo autorisado para applicar á construcção de hum Quartel na Cidade do Recife o producto da cessão da Fortaleza das cinco pontas na Provincia de Pernambuco, para contractar com a Companhia do encanamento do Beberibe a construcção de hum chafariz, que sirva ao Quartel do Hospicio, e ao Hospital Regimental em Pernambuco, em conformidade do plano deste ultimo edificio, e para mandar construir hum Quartel na Capital da Provincia do Paraná.....	62:0000\$000
19.	Diversas despesas e eventuaes.....	32:5808\$000
20.	Exercicios findos.....	\$

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado os Negocios da Fazenda he autorizado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de **14.099.573\$000**

A saber:

1.º Juros e amortisação da divida externa fundada, calculada ao cambio de 27.	3.787:120\$000
2.º Ditos da divida interna fundada, continuando a amortisação a ser feita pelas sobras da receita, logo que o Governo o julgue opportuno.....	3.460:186\$000
3.º Ditos da divida inscripta antes da emissão das respectivas apolices, e pagamento em dinheiro das quantias da mesma divida menores de 400\$, na fórma dõ art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832.....	10:000\$000
4.º Caixa d'Amortisação, filial da Bahia, e Empregados na substituição e resgate do papel moeda.....	39:240\$000
5.º Pensionistas do Estado.....	566:285\$000
6.º Aposentados.....	449:024\$000
7.º Empregados de Repartições extinctas..	30:457\$000
8.º Thesouro Nacional.....	468:800\$000
9.º Thesourarias.....	709:181\$000
10. Juizo dos Feitos da Fazenda.....	71:467\$000
11. Alfandegas.....	1.970:663\$000
12. Consulados.....	285:888\$000
13. Recebedorias.....	167:736\$000
14. Mesas de Rendas e Collectorias.....	469:627\$000
15. Casa da Moeda.....	134:200\$000
16. Officina e armazem de papel sellado ...	51:240\$000
17. Typographia Nacional.....	140:000\$000
18. Officina das Apolices.....	3:360\$000
19. Administração de Proprios Nacionaes...	29.499\$000
20. Dita de terrenos diamantinos.. ..	18:700\$000
21. Ajuda decusto a Empregados de Fazenda.	12:000\$000
22. Curadoria de Africanos livres.....	1:900\$000
23. Medição de terrenos de marinhas.....	3:000\$000
24. Premios de letras, descontos de assignados das Alfandegas, commissões, corretagens e seguros.....	10:000\$000
25. Juros do emprestimo dos Cofres dos Orphãos.....	20:000\$000
26. Obras, sendo 400:000\$ para continuação do caes da Alfandega da Cidade do Rio de Janeiro ; 280:000\$ para con-	

	tinuação da nova Casa da Moeda; 300.000\$ para outras obras	980:000\$000
27.	Gratificações	10:000\$000
28.	Eventuaes	20:000\$000
29.	Exercícios findos	\$
30.	Reposições e restituições de direitos e outras.....	\$
31.	Pagamento do empréstimo dos cofres dos Orphãos.....	\$
32.	Dito de bens de defuntos e ausentes.....	\$
33.	Dito de deposito de qualquer origem...	\$

CAPITULO II.

Receita Geral.

Art. 8.º A Receita Geral do Imperio he orçada na quantia
de..... 45.000:000\$000

Art. 9.º Esta Receita será effectuada com o producto da
Renda Geral, arrecadada dentro do exercicio da presente Lei,
sob os titulos abaixo designados:

- 1.º Direitos de importação para consumo, ficando isento dellas
o sal estrangeiro.
- 2.º Ditos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem, livres de direito de consumo.
- 5.º Dito dos ditos do paiz.
- 6.º Dito dos ditos livres.
- 7.º Armazenagem.
- 8.º Premios de assignados.
- 9.º Ancoragem.
10. Direitos de 15 por % das embarcações estrangeiras que
passão a nacionaes.
11. Ditos de 5 por % na compra e venda de embarcações.
12. Ditos de 15 por % de exportação de pão brasil.
13. Ditos de 5 por % de exportação.
14. Ditos de 2 % idem.
15. Ditos de 1 por % idem do ouro em barra.
16. Ditos de $\frac{1}{2}$ por % dos diamantes.
17. Expediente das Capatazias.
18. Renda do Correio Geral.
19. Dita da Casa da Moeda.

20. Renda da senhoriagem da prata.
21. Dita da Typographia Nacional.
22. Dita da Casa de Correccão.
23. Dita da Fabrica da polvora.
24. Dita da de ferro de Ypanema.
25. Dita dos Arsenaes.
26. Dita dos Proprios Nacionaes.
27. Dita de terrenos diamantinos.
28. Fóros de terrenos e de marinhas, excepto as do Município da Côrte, e producto da venda das posses, ou dominios uteis d'aquelles terrenos de marinha, cujo aforamente fôr pretendido por mais de hum individuo á quem a Lei não mandar dar preferencia, ou não sendo esta requerida em tempo, os quaes serão postos em hasta publica para serem cedidos á quem mais der.
29. Laudemios, não comprehendidos os provenientes das vendas de terrenos de marinhas da Côrte.
30. Sisa dos bens de raiz.
31. Decima urbana de huma legua além da demarcação.
32. Dita addicional das corporações de mão morta.
33. Direitos novos e velhos e de Chancellaria.
34. Ditos das patentes dos Officiaes da Guarda Nacional.
35. Dizima de Chancellaria.
36. Joias das Ordens honorificas.
37. Matriculas das Faculdades de Direito e de Medicina.
38. Multas por infracções de Regulamentos.
39. Sello do papel fixo e proporcional.
40. Premios de depositos publicos.
41. Imposto dos Despachantes, Corretores e Agentes de leilões.
42. Emolumentos.
43. Imposto sobre lojas, casas de descontos, &c.
44. Dito sobre casas de moveis, roupa &c., fabricados em paiz estrangeiro.
45. Dito sobre barcos do interior.
46. Dito de 8 por % das loterias.
47. Dito de 8 por % dos premios das mesmas.
48. Dito sobre a mineração.
49. Dito sobre datas mineraes.
50. Taxa dos escravos.
51. Venda de terras publicas.
52. Cobrança da divida activa.

Peculiares do Município.

53. Concessão de pennas d'agua.
54. Dizimos.
55. Decima urbana.

56. Emolumentos de Policia.
57. Imposto sobre casas de modas.
58. Dito de patente no consumo de aguardente.
59. Dito do gado do consumo.
60. Meia sisa dos escravos.
61. Sello de heranças e legados.
62. Rendimentos do evento.

Extraordinaria.

63. Contribuição para o Monte Pio.
64. Indemnisações, incluído o producto das Loterias, que o Governo deve mandar extrahir nos termos do Art. 1.º da Lei n.º 696 de 20 de Agosto de 1853, e do 2.º da de n.º 979 de 15 de Setembro de 1858.
65. Juros de capitães nacionaes.
66. Venda de generos e proprios nacionaes.
67. Receita eventual.

Depositos.

- 1.º Emprestimo do Cofre dos Orphãos.
- 2.º Bens de defuntos e ausentes.
- 3.º Premios de loterias.
- 4.º Salario de Africanos livres.
- 5.º Depositos de diversas origens.

Art. 10. O Governo fica autorisado para emittir bilhetes do Thesouro até a somma de 8:000:000\$000 como antecipação de receita no exercicio desta Lei.

CAPITULO III.

Disposições Geraes.

Art. 11. Fica extincta a Commissão de Engenheiros, creada pela Lei n.º 598 de 14 de Setembro de 1850.

Art. 12. Fica abolido o estanco da venda do pão-brasil e permittido o commercio deste producto nos termos da legislação fiscal, que regula o dos outros generos de exportação.

Art. 13. O Governo deverá incluir especificadamente nas futuras propostas de Lei do Orçamento tanto as sommas, que forem precisas para serviços não contemplados até agora nessas propostas, como para pagar os juros garantidos ás Companhias das estradas de ferro, e de outras empresas industriaes, e quaesquer subvenções, com que se tenha obrigado a auxilia-las.

Art. 14. Cada um dos Ministros fará especificar nas tabellas explicativas da proposta annual do Orçamento as obras

que por conta da Repartição a seu cargo devem ser emprendidas, ou continuadas, que quantias se tem despendido em cada uma dellas, quanto será preciso para conclui-las, e a quota que cumpre consignar-lhe na Lei cuja proposta fôr apresentada.

Art. 15. He approvada a deliberação que tomou o Governo de alienar a Fortaleza das cinco Pontas em Pernambuco.

Art. 16. Será concedida ao empresario, contractado pelo Presidente da Bahia, ou a qualquer Companhia que fôr por elle organizada para estabelecer na Capital daquelle Provincia a illuminação a gaz, isenção dos direitos de importação sobre os objectos destinados á realisação da empreza, com as mesmas condições, com que igual favor se tem já concedido a outras empresas semelhantes.

Art. 17. Igual isenção será concedida á qualquer empresario, ou Companhia a respeito dos materiaes necessarios para o encanamento de agua potavel na Cidade de Maceió, Provincia das Alagoas.

Art. 18. Das quantias destinadas ao Asylo de Invalidos da Marinha pagará o Thesouro a mesma taxa de juro do emprestimo dos cofres dos Orphãos, estabelecida pela Lei n.º 779 de 6 de Setembro de 1854, contando-se esse juro desde o dia em que as referidas quantias tiverem entrado para os Cofres Publicos.

Art. 19. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 20. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 14 de Setembro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR. Com Rubrica e Guarda.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fazendo a Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1859-1860, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 15 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento e Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1859.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 13 do Livro das Cartas de Leis e Decretos do Poder Legislativo em 19 de Setembro de 1859.

José Francisco de Souza Bracarense.



LEI N.º 1.041 — de 14 de Setembro de 1859.

Manda vigorar no exercicio de 1860—1861 a Lei do Orçamento de 1859—1860, e autorisa o Governo para alterar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Lei, que fixa a Despeza e orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1859—1860 regerá tambem no de 1860—1861, com excepção das disposições que forem privativas daquelle exercicio.

Art. 2.º O Governo fica desde já autorizado a innovar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, ou

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1859-1860, e dando outras providencias, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Augusto Frederico Colin a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 13 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento e Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1859.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 13 do Livro das Cartas de Leis e Decretos do Poder Legislativo em 19 de Setembro de 1859.

José Francisco de Souza Bracarense.

LEI N.º 1.041 — de 14 de Setembro de 1859.

Manda vigorar no exercicio de 1860—1861 a Lei do Orçamento de 1859—1860, e autorisa o Governo para alterar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Lei, que fixa a Despesa e orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1859—1860 regeá tambem no de 1860—1861, com excepção das disposições que forem privativas daquelle exercicio.

Art. 2.º O Governo fica desde já autorizado a innovar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, ou

a contractar com outra Companhia o mesmo serviço, como entender mais conveniente; podendo augmentar a subvenção actualmente concedida, e os preços das passagens estabelecidos nas respectivas tabellas.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, por tanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Angelo Moniz da Silva Ferraz.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, mandando vigorar no exercicio de 1860—1861 a Lei do Orçamento de 1859—1860, e autorisando o Governo para alterar o contracto com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Thomaz da Silva Quintanilha Junior, a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 15 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 19 de Setembro de 1859.

José Severiano da Rocha.

Registrada a fl. 17 do Lv. das Cartas de Lei e Decretos do Poder Legislativo em 19 de Setembro de 1859.

José Francisco de Souza Bracarense.

LEI N.º 1.042—de 14 de Setembro de 1839.

Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de 1860 á 1861.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber á todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º As Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos e sessenta a mil oitocentos sessenta e um constarão:

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis e de guarnição, da Repartição Ecclesiastica, e dos Corpos de Saude, de Estado Maior de primeira e de segunda classe, de Engenheiros, e de Estado Maior General.

§ 2.º De dezeseis mil praças de pret de Linha em circumstancias ordinarias, e de vinte e quatro mil em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º De mil cento e vinte praças de pret em companhias de Pedestres.

Art. 2.º A alteração que as Forças fixadas houverem de soffrer em qualquer das circumstancias acima mencionadas, terá lugar por augmento ou diminuição das praças de pret das companhias dos Corpos arregimentados do Exercito.

Art. 3.º As Forças fixadas no artigo primeiro serão completadas, por engajamento voluntario, e, na insufficiencia deste meio, pelo recrutamento nos termos das disposições vigentes.

O contingente necessario para completar as ditas Forças será distribuido em circumstancias ordinarias pelo Municipio da Córte, e pelas Provincias.

Art. 4.º A respeito dos individuos que assentarem praça voluntariamente, ou que forem recrutados, terão lugar as seguintes disposições:

§ 1.º Os voluntarios servirão por seis annos, e os recrutados por nove.

§ 2.º Os voluntarios, além da gratificação diaria igual ao soldo inteiro, ou ao meio soldo de primeira praça, em quanto forem praça de pret, conforme tiverem ou não servido no Exercito o tempo marcado na Lei, perceberão, como premio de engajamento, huma gratificação que não exceda a quatrocentos mil réis; e quando concluirem seu tempo de serviço e forem escusos, terão huma data de terra de vinte e duas mil e quinhentas braças quadradas.

§ 3.º A quantia que exime o recrutado do serviço continúa a ser a de seiscientos mil réis.

Art. 5.º O Governo fica autorizado para destacar até quatro mil praças da Guarda Nacional em circumstancias extraordinarias.

Art. 6.º As habilitações scientificas exigidas na Lei numero quinhentos e oitenta e cinco de seis de Setembro de mil

oitocentos e cincoenta, e no Regulamento approved pelo Decreto numero setecentos setenta e dous de trinta e hum de Março de mil oitocentos cincoenta e hum, para o accesso dos Officiaes das armas de Cavallaria e Infantaria, não comprehendidas na disposição do artigo trinta e sete do citado Regulamento, são desde já dispensadas para o preenchimento de dous terços das vagas, que se verificarem annualmente nas duas referidas armas.

Art. 7.º O Governo fica desde já autorizado para :

1. 217
2. 160
§ 1.º Alterar os Regulamentos da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, das Repartições do Ajudante General, e do Quartel Mestre General, e das Fabricas da Polvora, e de Ferro de S. João de Ipanema, não augmentando o pessoal ora existente, diminuindo na somma total dos creditos votados para estas Repartições e Estabelecimentos huma quantia nunca menor de vinte e cinco contos de réis, e convertendo em Renda Publica os emolumentos cobrados pela Secretaria de Estado.

§ 2.º Modificar os Regulamentos das Escolas Militares, sem augmentar o numero de annos de estudos, e a despeza procedente do Regulamento approved pelo Decreto numero dous mil cento e dezeseis do primeiro de Março de mil oitocentos e cincoenta e oito.

§ 3.º Estabelecer na Provincia de Matto-Grosso, desde já, huma Fabrica de Ferro, e outra de Polvora, dando-lhes os competentes Regulamentos.

§ 4.º Separar as duas Companhias de Cavallaria do Corpo fixo da Provincia da Bahia, afim de formar hum Esquadrão.

§ 5.º Crear desde já mais sete Companhias de Pedestres, sendo huma destinada ao serviço da Policia do Rio Jequitinhonha, na Provincia de Minas Geraes, duas á guarnição dos novos Presidios das margens do Rio Araguaya, e protecção dos habitantes de outros Serlões da Provincia de Goyaz contra as incursões dos selvagens, duas ao serviço da Policia das Comarcas da Boa-Vista, e Tacaratú, na Provincia de Pernambuco, e duas ao mesmo serviço das Comarcas de Urubú e Xique-Xique, na Provincia da Bahia.

§ 6.º Dar nova organização aos Corpos fixos da Provincia de Matto-Grosso.

Art. 8.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos por tanto á todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos quatorze dias do mez de Setembro de mil oitocentos cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia, e do imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Sebastião do Rego Barros.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem Sancionar, fixando as Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos sessenta a mil oitocentos e sessenta e hum.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na chancellaria do Imperio em 15 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 16 de Setembro de 1859.

Libanio Augusto da Cunha Matlos.

Registrada nesta Secretaria de Estado em 17 de de Setembro de 1859.

João Baptista Piquett.

LEI N.º 1.043 — de 15 de Setembro de 1859.

Fixa a Força Naval, para o anno financeiro de 1860 a 1861.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval, para o anno financeiro de mil oitocentos e sessenta a mil oitocentos e sessenta e um, constará:
§ 1.º Dos Officiaes da Armada e das demais classes, que fôr preciso embarcar, conforme as lotações dos navios e estado maior das Divisões Navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias de 3.000 praças de marinhagem e de pret dos Corpos de Marinha, embarcadas em Navios armados e Transportes, e de 5.000 em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, das Companhias de Aprendizizes Marinheiros, creadas pelas Leis anteriores, do Batalhão Naval, e da Companhia de Imperiaes Marinheiros da

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem Sancionar, fixando as Forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos sessenta a mil oitocentos e sessenta e hum.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na chancellaria do Imperio em 15 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 16 de Setembro de 1859.

Libanio Augusto da Cunha Mattos.

Registrada nesta Secretaria de Estado em 17 de de Setembro de 1859.

João Baptista Piquett:

LEI N.º 1.043 — de 15 de Setembro de 1859.

Fixa a Força Naval, para o anno financeiro de 1860 a 1861.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval, para o anno financeiro de mil oitocentos e sessenta a mil oitocentos e sessenta e um, constará:

§ 1.º Dos Officiaes da Armada e das demais classes, que fôr preciso embarcar, conforme as lotações dos navios e estado maior das Divisões Navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias de 3.000 praças de marinhagem e de pret dos Corpos de Marinha, embarcadas em Navios armados e Transportes, e de 5.000 em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, das Companhias de Aprendizizes Marinheiros, creadas pelas Leis anteriores, do Batalhão Naval, e da Companhia de Imperiaes Marinheiros da

Provincia de Mato-Grosso, continuando á authorisação, para eleva-los ao seu estado completo.

Art. 2.º A Força acima mencionada será preenchida pelos meios autorisados no artigo quarto da Lei numero seiscentos e treze de vinte e um de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e um.

2,724
861 Art. 3.º Fica o Governo autorizado desde já a crear mais uma Companhia de Imperiaes Marinheiros na Provincia de Matto-Grosso, se assim julgar conveniente, dando-lhe a organisação, que fôr compativel com o serviço especial, á que é destinada esta força, não excedendo porém o seu estado completo a cem praças de pret.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo citavo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Francisco Xavier Paes Barreto.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, para regular a Força Naval do anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos e sessenta até o ultimo de Junho de mil oitocentos e sessenta e um, na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Apparicio Leocadio Soares a fez.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Sellada na Chancellaria do Imperio em 19 de Setembro de 1859.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei n'esta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 20 de Setembro de 1859.

Francisco Xavier Bontempo.

Registrada a fl 1.ª do Livro 1.º de Cartas de Lei. Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 21 de Setembro de 1859.

Gervasio José da-Cruz.

DECRETO N.º 1.044 — de 20 de Setembro de 1859.

Approva o Decreto n.º 2.242 de primeiro do Setembro de 1858, e respectivas condições pelas quaes foi contractada com o Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, ou com a Companhia que elle organisar, a navegação á vapor no rio Jequitinhonha; e autorisa ao Governo a conceder á Companhia Pernambucana de navegação costeira a vapor hum empréstimo de tresentos contos de réis.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica approvedo o Decreto numero deus mil duzentos e quarenta e dous, do primeiro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e oito, e respectivas condições pelas quaes foi contractada com o Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, ou com a Companhia que elle organisar, a navegação a vapor no rio Jequitinhonha, excepto a que concede privilegio exclusivo da mesma navegação, podendo ser este favor substituido por hum augmento de subvenção até dez contos de réis por anno.

Art. 2.º He o Governo autorizado a ceder ao Empreziario ou Companhia, o terreno que na Cachoeirinha possui a Fazenda Nacional mediante a competente indemnisação.

Art. 3.º He tambem autorizado o Governo :

§ 1.º A conceder á Companhia Pernambucana de navegação costeira á vapor, sob garantias convenientes, hum empréstimo de tresentos contos de réis, por espaço de dez annos, vencendo o juro annual de 6 por cento.

§ 2.º A prorogar por mais hum anno o prazo determinado para o começo das duas viagens por mez da Cidade do Recife a da Fortaleza, eliminada a clausula do privilegio exclusivo da referida navegação exarada no contracto da mesma Companhia, e a augmentar a respectiva subvenção com dez contos de réis por anno.

Art. 4.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro do mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade O Imperador.

João de Almeida Pereira Filho.

BIBLIOTHECA

DECRETO N.º 1.045—de 20 de Setembro de 1839.

Autorisa o Governo a garantir á Companhia União e Indústria, ou a contrahir elle mesmo, dentro ou fóra do Imperio, hum empréstimo, que não exceda a seis mil contos de réis, dos quaes serão applicados até tres mil a conclusão da estrada de rodagem de Petropolis á Cidade da Parahybuna; e o restante ao pagamento do que ella deve por letras caucionadas com títulos garantidos pelo Governo, e por letras endossadas pela Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado para garantir á Companhia União e Indústria incorporada pelo Decreto numero mil e trinta e um de sete de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e dous, ou para contrahir elle mesmo dentro ou fóra do Imperio hum empréstimo, que não exceda a quantia de seis mil contos, dos quaes serão applicados até tres mil contos á conclusão da linha da estrada de rodagem, pela mesma Companhia emprehendida de Petropolis á Cidade da Parahybuna, e o restante ao pagamento do que ella deve por letras caucionadas com títulos garantidos pelo Governo em virtude do disposto no artigo vinte e dous da Lei numero novecentos e trinta e nove de vinte e seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, e por letras endossadas pela Thesouraria da Provincia do Rio de Janeiro.

Art. 2.º No caso de ser pelo Governo levantado o empréstimo, de que trata o artigo antecedente, e applicado aos fins nelle determinados, poderá o mesmo Governo, se entender conveniente, apropriar-se da dita estrada no todo, ou na parte correspondente ao valor total dos capitães por elle fornecidos.

Art. 3.º Serão applicados ao pagamento do juro e amortisação, que não excederão a sete por cento do capital, que o Governo houver de contrahir por empréstimo, assim os juros garantidos pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Geraes, e pelo Thesouro Nacional aos capitães despendidos na construcção da estrada, como o rendimento desta.

Art. 4.º O Governo fará no contracto com a Companhia a novação, que fôr conveniente em virtude do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 5.º Fica revogado o artigo vinte e dous da Lei numero novecentos e trinta e nove de vinte e seis de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, e mais disposições em contrario.

João de Almeida Pereira filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade O Imperador.

João de Almeida Pereira Filho.